

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	63
-------------------------------------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	65
----------------------------------------------	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	67
-------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69
--------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	315.592.525
Preferenciais	315.592.525
Total	631.185.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	7.196.591	5.467.078
1.01	Ativo Circulante	912.655	736.947
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	239.298	92.981
1.01.03	Contas a Receber	364.800	359.533
1.01.03.01	Clientes	364.800	359.533
1.01.04	Estoques	64.355	94.536
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.566	10.384
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	30.566	10.384
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	213.636	179.513
1.01.08.03	Outros	213.636	179.513
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	195.136	171.450
1.01.08.03.03	Outros Créditos	18.500	8.063
1.02	Ativo Não Circulante	6.283.936	4.730.131
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.726.898	2.709.960
1.02.01.04	Contas a Receber	3.852	5.346
1.02.01.04.01	Clientes	3.852	5.346
1.02.01.07	Tributos Diferidos	52.183	91.313
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	52.183	91.313
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.670.863	2.613.301
1.02.01.10.03	Aplicações financeiras	72.673	70.196
1.02.01.10.04	Aplicações no caixa único do Estado	5.120	2.214
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	215.050	239.779
1.02.01.10.06	Ativos financeiros contratuais	576.928	341.039
1.02.01.10.07	Indenização por desapropriação	42.063	97.377
1.02.01.10.08	Tributos a recuperar	1.414.642	10.966
1.02.01.10.09	Ativos de contratos	1.123.512	1.625.243
1.02.01.10.10	Indenizações contratuais	219.228	224.768
1.02.01.10.11	Outros créditos	1.647	1.719
1.02.02	Investimentos	762	923
1.02.02.01	Participações Societárias	762	923
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	762	923
1.02.03	Imobilizado	160.045	183.849
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	111.225	117.810
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	46.291	64.292
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.529	1.747
1.02.04	Intangível	2.396.231	1.835.399
1.02.04.01	Intangíveis	2.396.231	1.835.399
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.396.231	1.835.399

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	7.196.591	5.467.078
2.01	Passivo Circulante	1.103.861	975.333
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	66.978	59.636
2.01.01.01	Obrigações Sociais	29.735	18.160
2.01.01.01.01	INSS	29.735	18.160
2.01.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	37.243	41.476
2.01.01.01.02.01	Salários a pagar	2.769	1.835
2.01.01.01.02.02	FGTS	6.324	5.238
2.01.01.01.02.03	Participação nos Resultados (PPR)	14.572	19.489
2.01.01.01.02.04	Fundação Corsan	3.437	4.796
2.01.01.01.02.05	IPE	4.480	5.338
2.01.01.01.02.06	Depósitos e retenções Contratuais (Garantias Contratuais)	5.661	4.780
2.01.02	Fornecedores	107.252	123.106
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	107.252	123.106
2.01.03	Obrigações Fiscais	80.327	17.189
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	79.525	16.409
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	33.019	0
2.01.03.01.02	IRPJ Retenção	4.003	8.545
2.01.03.01.03	COFINS	33.030	4.845
2.01.03.01.04	PASEP	7.822	1.622
2.01.03.01.05	PIS/COFINS/CSLL s/Prestação Serviços	1.651	1.397
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	802	780
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	105.008	80.790
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	99.003	71.199
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	99.003	56.219
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	14.980
2.01.04.02	Debêntures	6.005	9.591
2.01.05	Outras Obrigações	418.602	400.718
2.01.05.02	Outros	418.602	400.718
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	357.410	285.761
2.01.05.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	5.919	21.585
2.01.05.02.05	Impostos e contribuições - parcelamento	15.581	15.255
2.01.05.02.06	Obrigações contratuais	15.882	53.604
2.01.05.02.07	Passivos de arrendamento	22.344	23.445
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	1.466	1.068
2.01.06	Provisões	325.694	293.894
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	311.465	281.440
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	193.821	193.821
2.01.06.01.05	Provisões para Férias e Encargos a Pagar	117.644	87.619
2.01.06.02	Outras Provisões	14.229	12.454
2.01.06.02.06	Provisão Convênio SENAI/CORSAN	209	140
2.01.06.02.07	Provisão Contingências Fiscais	14.020	12.314
2.02	Passivo Não Circulante	2.112.909	2.091.451
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	480.056	517.397
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	480.056	512.849
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	480.056	512.849

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.01.02	Debêntures	0	4.548
2.02.02	Outras Obrigações	107.364	114.883
2.02.02.02	Outros	107.364	114.883
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições - parcelamento	19.477	30.511
2.02.02.02.06	Contratos de repasse OGE/FUNASA/ANA	59.878	43.437
2.02.02.02.07	Passivos de arrendamento	24.009	40.935
2.02.02.02.08	Obrigações contratuais	4.000	0
2.02.04	Provisões	1.525.489	1.459.171
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.484.510	1.442.444
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	616.796	595.854
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	867.714	846.590
2.02.04.02	Outras Provisões	40.979	16.727
2.02.04.02.04	Provisões para Tributos Diferidos - PASEP e COFINS	40.979	16.727
2.03	Patrimônio Líquido	3.979.821	2.400.294
2.03.01	Capital Social Realizado	1.682.328	1.635.145
2.03.02	Reservas de Capital	17.148	64.331
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	47.183
2.03.02.07	Auxílios para Obras	9.262	9.262
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	7.886	7.886
2.03.04	Reservas de Lucros	669.844	669.844
2.03.04.01	Reserva Legal	136.558	136.558
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	530.892	530.892
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.394	2.394
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.596.327	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	14.174	30.974

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	743.768	2.287.568	704.485	2.096.903
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-514.251	-1.489.778	-467.478	-1.368.642
3.03	Resultado Bruto	229.517	797.790	237.007	728.261
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-96.913	452.140	-83.670	-300.065
3.04.01	Despesas com Vendas	-51.679	-129.106	-38.172	-99.644
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-108.374	-344.136	-195.159	-350.762
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	69.180	984.822	155.458	167.634
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.040	-59.440	-5.797	-17.293
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	132.604	1.249.930	153.337	428.196
3.06	Resultado Financeiro	-23.431	505.137	9.902	11.989
3.06.01	Receitas Financeiras	43.607	607.104	21.332	56.659
3.06.02	Despesas Financeiras	-67.038	-101.967	-11.430	-44.670
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	109.173	1.755.067	163.239	440.185
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	71.405	-73.739	-17.551	-327.144
3.08.01	Corrente	117.400	-33.111	-10.862	-32.180
3.08.02	Diferido	-45.995	-40.628	-6.689	-294.964
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	180.578	1.681.328	145.688	113.041
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	180.578	1.681.328	145.688	113.041
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,28609	2,66376	0,23746	0,18425
3.99.01.02	PN	0,28609	2,66376	0,23746	0,18425

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	180.578	1.681.328	145.688	113.041
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-15.696	-16.800	-569	-23.127
4.02.01	Realização da reserva de reavaliação	-544	-1.648	-569	25.193
4.02.02	Ganhos e perdas atuariais	-15.152	-15.152	0	-48.320
4.03	Resultado Abrangente do Período	164.882	1.664.528	145.119	89.914

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	599.442	363.063
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	555.164	463.690
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.755.067	440.185
6.01.01.02	Depreciação e amortização	125.890	110.904
6.01.01.03	Baixa de intangível e imobilizado	20.255	64
6.01.01.05	Provisão para devedores duvidosos	15.947	4.518
6.01.01.06	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-52.383	-93.578
6.01.01.07	Provisão para tributos diferidos	24.251	-339
6.01.01.08	Juros e variações monetárias	109.289	59.055
6.01.01.09	Ajuste a Valor Presente sobre Ativos Financeiros	-26.672	-23.895
6.01.01.10	Margem na Construção de Obras-Contratos de Concessão	-1.784	-2.307
6.01.01.12	Provisão para Benefício Pós Emprego	4.474	-12.688
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente sobre Clientes	370	812
6.01.01.14	Rendimento sobre Aplicações Financeiras de Curto Prazo	-1.453	-8.074
6.01.01.15	Contribuição Social	-30.637	-30.065
6.01.01.16	Provisão para participação nos resultados	14.479	19.098
6.01.01.17	Reconhecimento do crédito da imunidade tributária	-858.752	0
6.01.01.18	Atualização monetária crédito da imunidade tributária	-533.936	0
6.01.01.19	Atualização monetária de precatórios	-9.241	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	44.278	-100.627
6.01.02.01	Aumento de Contas a Receber de Clientes	-20.091	-29.032
6.01.02.02	Redução (aumento) de Estoques	30.181	-9.443
6.01.02.03	Aumento de Depósitos Judiciais	1.042	-26.593
6.01.02.04	Aumento (redução) de Rendimentos SIAC	-2.906	5.354
6.01.02.05	Redução (aumento) de Indenização por Desapropriação	55.314	-3.127
6.01.02.06	Redução de Reclamações e Rescisões Contratuais	14.781	0
6.01.02.07	Aumento de Outros Créditos	-41.535	-36.865
6.01.02.08	Redução de Fornecedores	-15.853	-6.267
6.01.02.09	Aumento de Impostos e Contribuições	62.543	25.549
6.01.02.10	Redução de Impostos e Contribuições - Parcelamento	-11.596	-11.106
6.01.02.11	Redução de Dívidas com Fundação Corsan	-17.062	-16.319
6.01.02.12	Aumento de Férias e Encargos a Pagar	41.230	8.126
6.01.02.13	Redução de Participação nos Resultados	-19.396	44
6.01.02.14	Redução de Obrigações Contratuais	-33.721	0
6.01.02.15	Aumento (redução) de Outros Débitos	1.347	-948
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-389.842	-253.651
6.02.01	Aplicações Financeiras	-1.024	1.809
6.02.03	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-16.044	-13.895
6.02.04	Aquisição de Ativos de Construção	-207.270	-174.391
6.02.05	Aquisição de Ativos Intangíveis	-165.665	-67.174
6.02.06	Outros Investimentos	161	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-63.283	-88.226
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos - Captação	46.140	31.109
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento	-84.462	-104.280
6.03.03	Contratos de Repasse - Governo Estadual/FUNASA/ANA	16.441	20.667

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.03.05	Debêntures - pagamento	-8.480	-8.706
6.03.07	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio - Pagamento	-15.000	-10.000
6.03.08	Amortização de ativos de arrendamento	-17.922	-17.016
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	146.317	21.186
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	92.981	66.164
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	239.298	87.350

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.635.145	64.331	669.844	0	30.974	2.400.294
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.635.145	64.331	669.844	0	30.974	2.400.294
5.04	Transações de Capital com os Sócios	47.183	-47.183	0	-86.649	0	-86.649
5.04.01	Aumentos de Capital	47.183	-47.183	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-86.649	0	-86.649
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.681.328	0	1.681.328
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.681.328	0	1.681.328
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.648	-16.800	-15.152
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.648	-1.648	0
5.06.04	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-15.152	-15.152
5.07	Saldos Finais	1.682.328	17.148	669.844	1.596.327	14.174	3.979.821

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.635.145	64.331	499.554	0	-56.553	2.142.477
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.635.145	64.331	499.554	0	-56.553	2.142.477
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-25.184	0	-25.184
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-25.184	0	-25.184
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.041	0	113.041
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.041	0	113.041
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-25.193	-23.127	-48.320
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-25.193	25.193	0
5.06.04	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-48.320	-48.320
5.07	Saldos Finais	1.635.145	64.331	499.554	62.664	-79.680	2.182.014

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	3.448.302	2.437.323
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.291.374	2.117.303
7.01.02	Outras Receitas	963.821	147.840
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	209.054	176.698
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15.947	-4.518
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-960.402	-876.817
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-783.517	-713.826
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-156.066	-165.872
7.02.04	Outros	-20.819	2.881
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.487.900	1.560.506
7.04	Retenções	-125.890	-110.904
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-125.890	-110.904
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.362.010	1.449.602
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	607.597	71.334
7.06.02	Receitas Financeiras	607.104	56.659
7.06.03	Outros	493	14.675
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.969.607	1.520.936
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.969.607	1.520.936
7.08.01	Pessoal	760.693	729.012
7.08.01.01	Remuneração Direta	540.520	494.977
7.08.01.02	Benefícios	145.639	163.661
7.08.01.03	F.G.T.S.	28.626	26.601
7.08.01.04	Outros	45.908	43.773
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	420.047	629.425
7.08.02.01	Federais	406.744	614.680
7.08.02.02	Estaduais	13.196	13.199
7.08.02.03	Municipais	107	1.546
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	107.539	49.458
7.08.03.01	Juros	101.967	44.670
7.08.03.02	Aluguéis	5.572	4.788
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.681.328	113.041
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	86.649	25.184
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.594.679	87.857

Comentário do Desempenho



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

A receita bruta de serviços da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, acumulada no terceiro trimestre de 2020, alcançou a cifra de R\$ 2,3 bilhões, isto é, apresentou um incremento de 7,73% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 2,1 bilhões. Esse incremento pode ser explicado pela combinação de alguns fatores, como: crescimento vegetativo das ligações de água e esgoto, aumento tarifário médio de 7,82% a partir de julho de 2019 para os municípios atendidos pela Corsan e um aumento do faturamento no início do ano que ocorreu muito provavelmente em razão do verão atipicamente quente e seco.

Receitas	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2020	Variação
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.294.000.976,11	2.500.428.484,65	9,00%
Serviços de Abastecimento de Água	1.933.340.802,38	2.088.307.573,79	8,02%
Serviços de Esgoto	134.030.763,64	152.185.854,28	13,55%
Disponibilidade de Esgoto	1.868.699,94	6.863.184,15	267,27%
Receitas de Construção	176.698.440,84	209.054.066,84	18,31%
Indiretas	48.062.269,31	44.017.805,59	-8,42%
Dedução Isenção Tarifa Social	-	(10.487.523,22)	
Receita de Serviços (sem receita de construção)	2.117.302.535,27	2.280.886.894,59	7,73%

Houve incremento no número de economias de água e esgoto entre o terceiro trimestre de 2019 e o mesmo período de 2020. Sobre as economias de água observou-se um aumento de 1,30% - correspondente a um acréscimo de 38.068 economias. Sobre as economias de esgoto observou-se um aumento de 8,47% - correspondente a um acréscimo de 37.161 economias. A diferença observada no período, tanto para as economias de água quanto para as de esgoto, ocorreu principalmente em função do aumento de economias de categoria residencial.

Economias de Água	3T 2019	3T 2020	Var. %	Economias de Esgoto	3T 2019	3T 2020	Var. %
Comercial	277.548	279.211	0,60%	Comercial	50.573	53.375	5,54%
Industrial	15.279	15.095	-1,20%	Industrial	1.218	1.293	6,16%
Pública	17.016	17.144	0,75%	Pública	1.554	1.606	3,35%
Residencial	2.621.261	2.657.722	1,39%	Residencial	385.612	419.844	8,88%
Total Economias	2.931.104	2.969.172	1,30%	Total Economias	438.957	476.118	8,47%

Os gastos acumulados do terceiro trimestre de 2020 sofreram um acréscimo de 12,94%, ou seja, atingiram aproximadamente R\$ 2,12 bilhões frente aos R\$ 1,88 bilhões verificados no mesmo período do ano anterior. Os grupos de Pessoal/Encargos, Materiais e Serviços apresentaram um crescimento de 0,88%, 17%, 10,25%, respectivamente, no período. Já para o grupo Gerais observou-se uma queda de 1,91%. Esses resultados estão em linha com o aumento de faturamento, pois o aumento da demanda pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário enseja maiores custos operacionais, principalmente com materiais e serviços.

Quadro 1 - Comparativo das Despesas por Natureza 2020/2019 - Acumulado (em R\$ mil)

Natureza do Gasto	Realização - Acumulado 2019			Realização - Acumulado 2020			% Variação
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	
Pessoal/Encargos	557.103,00	240.990	798.093	591.343	213.797	805.140,00	0,88%
Materiais	73.400,00	3.502	76.902	87.444	2.530	89.974,00	17,00%
Serviços	363.382,00	90.982	454.364	399.708	101.233	500.941,00	10,25%
Gerais	105.886,00	43.948	149.834	91.478	55.495	146.973,00	-1,91%
Subtotal	1.099.771,00	379.422,00	1.479.193,00	1.169.973,00	373.055,00	1.543.028,00	4,32%
Depreciações e Amortizações	98.773,00	12.131	110.904	114.284	11.606	125.890,00	13,51%
Provisões	(4.293,00)	58.854	54.561	-1.749	88.581	86.832,00	59,15%
Custos de Construção	174.391,00	0	174.391	207.270	0	207.270,00	18,85%
Outras Despesas	-	61.962	61.962	0	161.408	161.408,00	160,50%
Total	1.368.642,00	512.369,00	1.881.011,00	1.489.778,00	634.650,00	2.124.428,00	12,94%

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010 e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da Corsan é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto social da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, relativas à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com a prestação do serviço de abastecimento de água, sendo 301 contratos de programa vigentes, um anulado judicialmente (Erechim) e 15 contratos de concessão, e, concomitantemente, em 303 municípios com a prestação do serviço de esgotamento sanitário. Em 30 de setembro de 2020, há 08 contratos de concessão pendentes de regularização. O contrato do município de Erechim, bem como os outros 08 contratos que não estão vigentes representam, respectivamente 1,47% e 0,48% da receita operacional bruta.

Parceria Público-Privada Região Metropolitana de Porto Alegre

Visando acelerar a universalização do serviço de esgotamento sanitário nos Municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão, a Corsan levou a mercado o projeto de parceria público-privada.

O contrato foi assinado em 24/03/2020 e a ordem de início em 03/04/2020. Em 07/04/2020, Corsan e Ambiental Metrosul convencionaram a suspensão dos prazos contratuais, por força das limitações de movimentação impostas pela pandemia, sendo os prazos retomados em 01/09/2020. Iniciou-se, então, a transferência operacional, que é dividida em três fases: operação da Corsan acompanhada pela concessionária de 01/09/2020 a 30/11/2020; operação da concessionária assistida pela Corsan de 01/12/2020 a 31/05/2021; e por fim a operação exclusiva da concessionária a partir de 01/06/2021.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Novas PPP's

Considerando o sucesso alcançado com o Leilão da PPP da Região Metropolitana de Porto Alegre, a Corsan pretende replicar o modelo para outros Municípios do Estado. Para tanto, contratou o BNDES para auxiliar na estruturação de novos projetos. Em 13/07/2020, houve a reunião de kickoff do projeto entre Corsan, BNDES e consórcio de consultores. O projeto envolve 41 municípios atendidos pela Companhia e a modelagem abrange a operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário, com execução de obras de infraestrutura, ampliações e melhorias dos sistemas.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

As informações financeiras intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao período findo em 30 de setembro de 2020 compreendem as informações financeiras intermediárias, elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico "CPC 21 – Demonstração Intermediárias", aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com a norma internacional de contabilidade "IAS 34 – Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras intermediárias pela Diretoria, bem como a autorização para divulgação pelo Conselho de Administração ocorreu no dia 13 de novembro de 2020.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



2.4) Ativos financeiros contratuais

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para perdas esperadas

As perdas esperadas foram calculadas com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. A política de recuperação de créditos praticada contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes.

A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual e dos Municípios que têm participação na Companhia, por se tratar de parte relacionada e controladora (no caso do Estado) e devido ao seu histórico de regularização de débitos através de encontro de contas.

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição e não excede o valor líquido realizável.

2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



registrados pelo custo de aquisição ou de construção. Quando uma manutenção relevante for feita e gerar expectativa de benefício futuro, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- | | | |
|---|-----------------------------|---------|
| • | Edifícios | 25 anos |
| • | Máquinas | 10 anos |
| • | Veículos | 5 anos |
| • | Sistemas de esgoto próprios | 25 anos |
| • | Demais bens móveis | 10 anos |

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo, que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até estar devidamente instalado e pronto para sua utilização.

2.9) Arrendamento

A Corsan aplicou as diretrizes do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019, que determina o reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o passivo dos pagamentos futuros para contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de arrendamento e que incluam o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinados ativos.

A Companhia definiu a mensuração de determinados Ativos de Direito de Uso (“Ativo de Arrendamento – locação de imóveis”) pelo valor igual ao seu Passivo de Arrendamento, sendo sua realização conforme os prazos dos contratos, sem a reapresentação de períodos comparativos. Os passivos de arrendamento foram mensurados a valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Para estes contratos, foi aplicada taxa fixa CDI à razão de 5,94% a.a, mais 0,5% a.a, a título de risco de crédito.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



A Companhia analisou os contratos de arrendamentos vigentes. Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos, imóveis e equipamentos de informática locados de terceiros.

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento prevista no CPC 06(R2)/IFRS16, especificamente a seus arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e arrendamentos de ativos de baixo valor, mantendo o reconhecimento destas despesas ao longo do seu período de arrendamento.

Os valores envolvidos na contabilização estão descritos na nota 16.

2.10) Ativos de contratos

Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente depois de concluídos.

Com a adoção desse procedimento, a Companhia passou a registrar no balanço patrimonial, no Ativo Não Circulante, a rubrica Ativos de Contratos.

2.11) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário denominados contratos de programa. Os contratos de programa são firmados com os municípios e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, durante o prazo de vigência.

A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.16, deduzida do valor alocado no ativo financeiro trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



A amortização do ativo iniciará quando a infraestrutura estiver em seu local e na condição necessária para ser operada pela Companhia, sendo cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido, baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. É calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo.

As taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens seguem abaixo:

	<u>Vida útil do intangível</u>	<u>Prazo médio de concessão</u>
Sistemas de água	50 a 60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	50 a 60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

A Companhia iniciou a implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Enterprise Resource Planning – ERP SAP*) em julho de 2019 tendo prazo de execução estimado em 27 meses.

2.12) Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativos financeiros contratuais e indenizações contratuais. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, dívidas com a Fundação Corsan e contratos de programa.

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante.

- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá da Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Na data do balanço, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

A Companhia não realizou, durante o período findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, operações com instrumentos derivativos.

2.13) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

As provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados da Companhia.

As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente levando em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação Corsan é do tipo “benefício definido” e a avaliação é procedida por atuário independente.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e no IAS 19 – Benefício a Empregados.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período até que o direito aos benefícios seja adquirido.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras intermediárias corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.15) Impostos e contribuições

Contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. A alíquota da contribuição social (9%) e as regras tributárias utilizadas para apurar o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Contribuição social diferida

De acordo com o CPC 32(R2) e o IAS 12, vêm sendo registrados os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Imunidade de impostos federais

Em razão da imunidade tributária, obtida a partir da decisão monocrática que reconheceu a imunidade de impostos federais à Corsan, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018, em 2019 a Companhia deixou de apurar e recolher o IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica) e o ITR (imposto territorial rural). O trânsito em julgado do RE 342314/RS, que julgou definitivamente a questão envolvendo a imunidade tributária, ocorreu em 28 de maio de 2020.

A Administração realizou cálculo com base nas guias pagas de impostos federais (IRPJ e ITR) entre 1988 e 2018; o valor resultou no reconhecimento de R\$1.392.688 a título de tributos a recuperar no ativo não circulante, sendo R\$ 858.752 reconhecidos como recuperação de impostos pagos na rubrica de outras receitas e R\$ 533.936 como atualização do valor principal na rubrica de receitas financeiras. O índice utilizado foi a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), índice aplicado para atualização dos tributos federais. Ainda, antes da fase de cumprimento de sentença, a Corsan está em tratativas com a Receita Federal do Brasil e com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a validação dos valores a serem restituídos através da expedição de precatório.

Como impacto da contabilização do ativo, a administração reconheceu R\$24.828 referente a Pasep/Cofins e R\$48.111 a título de CSLL no passivo não circulante. A Administração da Companhia, suportada por parecer de especialista tributário, entende que a tributação para fins de Pasep/Cofins e CSLL do ganho decorrente do trânsito em julgado desse processo deverá ocorrer apenas sobre o valor da atualização monetária e quando da expedição do precatório, à medida que o valor for recebido pela Companhia.

Contribuições sobre receitas de serviços

As receitas de serviços estão sujeitas as seguintes contribuições, pelas alíquotas básicas, de acordo com as normas tributárias:

	<u>Alíquotas</u>
Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%

2.16) Reconhecimento da receita

Prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas, são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas ou estimadas (0,86% em 30 de setembro de 2020 e 1,27% em 31 de dezembro de 2019).

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.17) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12, sendo dedutível para fins de apuração da contribuição social.

As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na nota 26d.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



2.18) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza gerada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

2.19) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto.

Em 30 de setembro de 2020, os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos, as contas a receber de longo prazo e os ativos e passivos de arrendamento foram ajustados a valor presente.

2.20) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.21) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.22) Programa de participação nos lucros e resultados – PPLR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.23) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo.

Conforme o ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos relacionados aos contratos de programa de serviços públicos. Após a finalização da obra os valores serão registrados no resultado do período em que ocorrerem.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Quando necessário, a administração pode decidir contratar pareceres de especialistas tributários para suportar a tomada de decisão quanto aos valores e momento das tributações de determinadas transações. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19 (IASB – BV 2012).

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

4. PRONUNCIAMENTOS IFRS

Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia observou que as emissões/alterações das normas IFRS efetivas para o exercício vigente não provocaram impacto nestas demonstrações financeiras intermediárias e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

As normas, com adoção prevista para o exercício de 2021 ou após, estão sendo avaliadas pela Companhia com relação ao impacto em suas demonstrações financeiras:

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante

A norma esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2020	31/12/2019
Depósitos bancários livres	216.027	66.849
Depósitos bancários vinculados	23.271	26.132
Total	239.298	92.981

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



A conta Depósitos bancários vinculados apresenta valores referentes a liberações/desembolsos de recursos de terceiros vinculados aos contratos de financiamento e repasse celebrados junto aos agentes financeiros (Caixa, BNDES, Funasa e Focem).

Os referidos recursos mantem-se aplicados em contas bancárias exclusivamente dedicadas à operacionalização financeira dos contratos para execução de investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$72.673 em 30 de setembro de 2020 (R\$70.196 em 31 de dezembro de 2019) e referem-se a valores depositados para constituição de garantias contratuais de operações de empréstimos/financiamentos pactuados junto aos agentes financeiros Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, destinados à execução do plano de investimentos da Companhia, contemplando ações de ampliação/melhorias nos sistemas de abastecimento de água, desenvolvimento comercial/institucional e implantação/ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário.

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Banco	Ano	30/09/2020	31/12/2019
Caixa Econômica Federal - ANA	2021	7.646	7.490
Banrisul Garantia Debêntures	2021	3.649	3.537
Banrisul Reserva BNDES - PAC 1	2023	5.591	5.745
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2	2027	1.912	1.909
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2 e Repactuação	2029	5.919	6.102
Caixa Econômica Federal - Reserva	2034	46.237	45.413
Banrisul Reserva PPP	2055	1.719	-
Total		72.673	70.196

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	30/09/2020	31/12/2019
Contas a receber vincendas		
Particular	177.144	182.888
Pública	7.863	8.520
Contas a receber vencidas		
Particular	115.827	85.960
Pública	13.599	8.575
Receitas a faturar	83.881	92.651
Total de contas a receber	398.314	378.594
Provisão para perdas esperadas	(29.662)	(13.715)
	368.652	364.879
Circulante	364.800	359.533
Não circulante	3.852	5.346

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Provisão para perdas esperadas	30/09/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	(13.715)	(3.774)
Adições	(41.775)	(20.303)
Reversões/realização de perda	25.828	10.362
Saldo no final do período	(29.662)	(13.715)

A provisão para perda esperada foi constituída considerando a expectativa de perda futura de contas a receber de clientes.

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	30/09/2020		31/12/2019	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	177.144	7.863	182.888	8.520
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	51.728	4.334	58.765	5.908
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	28.552	5.062	19.144	573
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	16.453	1.589	6.643	178
Créditos vencidos - mais de 181 dias	19.094	2.614	1.408	1.916
Total	292.971	21.462	268.848	17.095

O saldo de contas públicas corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.16).

7. ESTOQUES

	30/09/2020	31/12/2019
Tubulações de água e esgoto	37.593	72.322
Materiais de tratamento/laboratório	6.535	5.889
Materiais elétrico e mecânico	5.328	5.311
Materiais de segurança e ambiental	7.965	5.622
Equipamentos de informática e telecomunicações	3.654	3.440
Materiais diversos	6.705	5.377
Provisão para perda	(3.425)	(3.425)
Total	64.355	94.536

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados como ativos de contratos.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



8. TRIBUTOS

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Classificados no ativo não circulante	52.183	91.313
Contribuição social diferida	52.183	91.313
Classificados no passivo não circulante	40.979	16.727
Pasep e Cofins diferidos	40.979	16.727

a) Créditos fiscais diferidos

Composição da contribuição social diferida

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	867.714	846.590
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	14.020	12.314
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	810.617	789.675
Provisões para perda esperada	29.662	13.715
Provisões para perdas - diversas	9.610	9.610
Precatório Prefeitura de Novo Hamburgo	(103.015)	(98.417)
Reserva de reavaliação	(58.128)	(58.084)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(219.305)	(230.467)
Encargos financeiros capitalizados	(262.227)	(255.360)
Variação cambial tributada por regime de caixa	-	1.940
Provisão precatórios	(535.030)	(6.154)
Outras provisões e diferenças temporárias	25.894	(10.771)
Total das diferenças temporárias	<u>579.812</u>	<u>1.014.591</u>
Alíquota vigente	9%	9%
Total da contribuição social diferida líquida	<u>52.183</u>	<u>91.313</u>

Quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidente sobre os valores relativos ao precatório proveniente da ação judicial aforada para a obtenção de imunidade tributária de impostos federais (IRPJ e ITR), a Superintendência Jurídica da Companhia exarou parecer, em consonância ao parecer de especialista tributário, indicando que não incide tal contribuição sobre o principal a ser recuperado, desde que, em períodos anteriores, não tiverem sido computados como despesa dedutível da base de cálculo da CSLL, bem como que, sobre o resultado da atualização monetária do principal, deve, em princípio, incidir a CSLL.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Conciliação alíquota efetiva

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Lucro antes da contribuição social (CSLL)	1.755.067	440.185
Alíquota vigente	9%	9%
Expectativa de despesa de CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(157.956)	(39.617)
Efeito da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	7.798	2.266
Outras diferenças permanentes	76.419	(3.280)
Contribuição social no resultado	<u>(73.739)</u>	<u>(40.631)</u>
Corrente	(33.111)	(32.180)
Diferido	(40.628)	(8.451)
Alíquota efetiva	4%	9%

b) Débitos fiscais diferidos

	<u>30/09/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	Cofins	Pasep	Total	Cofins	Pasep	Total
RTT	34.633	6.346	40.979	13.744	2.983	16.727
Valor passivo	<u>(34.633)</u>	<u>(6.346)</u>	<u>(40.979)</u>	<u>(13.744)</u>	<u>(2.983)</u>	<u>(16.727)</u>

Criado em 2008, o Regime Tributário de Transição (RTT) tratava de ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis que estavam sendo implantados na época, entre os quais a Lei nº 11.638/2007.

Optativo nos anos-calendário de 2008 e 2009, o Regime Tributário de Transição tornou-se obrigatório a partir de 2010, para todas as empresas. O RTT vigorou até 2015 e a partir de então, o saldo passou a ser realizado conforme definido na Lei 12.973/2014.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Imposto de renda a recuperar	-	-	1.402.928	9.892
Contribuição social a compensar	30.566	10.384	11.714	1.074
Total	<u>30.566</u>	<u>10.384</u>	<u>1.414.642</u>	<u>10.966</u>

Imposto de renda a recuperar referente a imunidade tributária reconhecido conforme descrito na nota 2.15.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

**9. INDENIZAÇÕES CONTRATUAIS**

Município	Natureza	30/09/2020	31/12/2019
Bagé	Faturas de água	-	9.549
Cachoeirinha	Tributária	-	1.010
Erechim	Indenizatória	411	-
Novo Hamburgo	Serviço da dívida	41.015	39.162
Novo Hamburgo	Indenização ao patrimônio	145.112	142.487
Novo Hamburgo	Faturas de água	32.642	32.523
São Gabriel	Tributária	48	37
		219.228	224.768

Novo Hamburgo:

a) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.15.0168335-8, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a indenizar a Corsan pelo ressarcimento dos financiamentos contraídos para a prestação dos serviços de saneamento que eram executados no Município de Novo Hamburgo. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

b) A ação judicial nº 001/1.05.0286812-4, discutiu a indenização relativa ao patrimônio que a Corsan detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

c) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.0286844-2, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo Município no período de 12/1998 a 12/2016. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

Bagé:

Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.2084867-9, que tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Bagé condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo município relativas ao período de 04/1987 a 09/1992. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório. O valor foi integralmente recebido em 1º de abril de 2020.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Cachoeirinha:

Por força de decisão judicial exarada no processo nº 086/1.15.0000427-4, que tramitou perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Cachoeirinha, restou o Município de Cachoeirinha condenado a ressarcir à Corsan o IPTU pago pela Companhia no período de 2010 a 2015, já que a Corsan é imune a tal imposto. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

10. INDENIZAÇÕES POR DESAPROPRIAÇÃO

Referem-se a áreas para construção e/ou ampliação dos sistemas de água e esgoto que foram desapropriadas aguardando documentação de transferência de propriedade para a Corsan. No período findo em 30 de setembro de 2020, 29 itens patrimoniais foram imobilizados, totalizando R\$ 55.314.

11. OUTROS CRÉDITOS

	30/09/2020	31/12/2019
Créditos com prefeituras municipais	261	422
Adiantamento de férias e 13º salário	13.409	5.427
Indenizações judiciais a receber	1.477	1.477
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.981	1.818
Valores a compensar	209	262
Prêmio de seguro	792	-
Créditos diversos	2.018	376
	20.147	9.782
Circulante	18.500	8.063
Não circulante	1.647	1.719

12. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2020, R\$576.928 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$341.039 em 31 de dezembro de 2019). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	30/09/2020	31/12/2019
Ativos financeiros	1.341.655	872.825
(-) Ajuste a valor presente	(764.727)	(531.786)
Total	576.928	341.039

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Movimentação do ativo financeiro

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do período	341.039	365.781
Constituição/realização de AVP	26.673	31.241
Adições/(baixas)	2.281	(26.209)
Transferências líquidas	206.935	(29.774)
Saldo no final do período	576.928	341.039

Transferência de bens e serviços da Corsan para o poder concedente

a) Uruguaiana: No ano de 2014 foi ajuizada ação de indenização estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2020 totaliza R\$32.190 (R\$32.190 em 31 de dezembro de 2019).

b) São Gabriel: Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2020 totaliza R\$3.831 (R\$3.831 em 31 de dezembro de 2019).

c) Teutônia: Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2020 totaliza R\$296 (R\$296 em 31 de dezembro de 2019).

13. ATIVOS DE CONTRATOS

Custo	Obras em andamento	Estoques para obras	Total dos ativos de contratos
Saldos em 31/12/2019	1.591.935	33.308	1.625.243
Adições	229.655	51.468	281.123
Baixas e perdas	(19.247)	-	(19.247)
Transferências	(760.485)	(3.122)	(763.607)
Saldos em 30/09/2020	1.041.858	81.654	1.123.512

As adições compreendem R\$68.727 para sistemas de água e R\$160.928 para sistemas de esgoto. No período findo em 30 de setembro de 2020, 1.501 obras foram concluídas, sendo transferidas para Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

O critério de classificação está descrito na nota 2.10.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



14. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2019	22.534	404.838	1.747	429.119
Adições	40	15.222	782	16.044
Baixas	-	(2.741)	-	(2.741)
Transferências	-	(5.952)	-	(5.952)
Saldos em 30/09/2020	22.574	411.367	2.529	436.470
Depreciação				
Saldos em 31/12/2019	(19.687)	(289.875)	-	(309.562)
Depreciações	(252)	(15.920)	-	(16.172)
Baixas	-	1.758	-	1.758
Transferências	-	1.260	-	1.260
Saldos em 30/09/2020	(19.939)	(302.777)	-	(322.716)
Saldos líquidos em 31/12/2019	2.847	114.963	1.747	119.557
Saldos líquidos em 30/09/2020	2.635	108.590	2.529	113.754

A depreciação do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$8.374 (R\$8.164 em 30 de setembro de 2019), R\$1.110 (R\$1.386 em 30 de setembro de 2019) como despesa comercial e R\$6.688 (R\$6.570 em 30 de setembro de 2019) como despesa administrativa.

Sob a rubrica “sistemas de esgotos”, são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades indiretas necessárias para o funcionamento e consecução das atividades relacionadas à concessão pública.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



15. INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Licenças de software	Total do intangível
Saldos em 31/12/2019	1.217.259	1.139.381	203.747	7.998	2.568.385
Adições	15.441	297	8.835	3.978	28.551
Baixas	(3.800)	-	(30)	-	(3.830)
Transferências	248.652	307.468	69.549	-	625.669
Saldos em 30/09/2020	1.477.552	1.447.146	282.101	11.976	3.218.775
Amortização					
Saldos em 31/12/2019	(396.133)	(248.138)	(88.715)	-	(732.986)
Amortizações	(47.561)	(33.714)	(10.545)	-	(91.820)
Baixas	3.783	-	22	-	3.805
Transferências	-	-	(1.543)	-	(1.543)
Saldos em 30/09/2020	(439.911)	(281.852)	(100.781)	-	(822.544)
Saldos líquidos em 31/12/2019	821.126	891.243	115.032	7.998	1.835.399
Saldos líquidos em 30/09/2020	1.037.641	1.165.294	181.320	11.976	2.396.231

A amortização do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$91.820 (R\$77.686 em 30 de setembro de 2019).

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

Licença de uso de software não apresenta amortização, pois o projeto está em fase de implantação (nota 2.11).

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o período findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$10.005 (R\$16.854 em 30 de setembro de 2019).

16. DIREITOS DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

a) Ativos de direito de uso

Ativo - Imobilizado	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldos em 31/12/2019	5.288	52.592	6.412	64.292
Novos contratos	14	-	-	14
(-) Exclusões	(117)	-	-	(117)
(-) Depreciação acumulada	(1.938)	(14.659)	(1.301)	(17.898)
Saldos em 30/09/2020	3.247	37.933	5.111	46.291

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



b) Passivos de arrendamento

Passivo	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldos em 31/12/2019	5.375	52.594	6.411	64.380
Novos contratos	14	-	-	14
(-) AVP - Novos contratos - CPC 06(R2)/IFRS 16	(2)	-	-	(2)
(-) Exclusões	(117)	-	-	(117)
(-) Pagamentos	(2.069)	(16.692)	(1.668)	(20.429)
Realização do AVP	108	2.032	367	2.507
Saldos em 30/09/2020	3.309	37.934	5.110	46.353
Circulante				22.344
Não circulante				24.009

A metodologia utilizada está descrita na nota 2.9.

c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

Ano de vencimento	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
2020	427	5.286	556	6.269
2021	1.306	21.836	2.224	25.366
2022	877	13.840	2.224	16.941
2023	799	-	370	1.169
2024	111	-	-	111
	3.520	40.962	5.374	49.856
Juros embutidos	(211)	(3.028)	(264)	(3.503)
Saldo do passivo de arrendamento	3.309	37.934	5.110	46.353

d) Direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos nominais e saldos ajustados a valor presente:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	48.444	44.941
Pasep/Cofins (9,25%)	4.481	4.157

e) Impactos da aplicação do CPC 06(R2)

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06(R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



vedação imposta pelo CPC 06(R2). Tal vedação pode gerar distorções na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Assim, para resguardar a representação fidedigna da informação, e para atender orientação das áreas técnicas da CVM visando preservar os investidores do mercado brasileiro, a Administração realiza o acompanhamento e apresentação dos saldos comparativos do passivo de arrendamento considerando os fluxos com expectativas inflacionárias descontados:

Fluxo nominal	30/09/2020	31/12/2019
Passivo de arrendamento	49.857	70.388
Juros embutidos	(3.504)	(6.008)
	<u>46.353</u>	<u>64.380</u>
Fluxo inflacionado	30/09/2020	31/12/2019
Passivo de arrendamento	52.938	75.411
Juros embutidos	(3.720)	(6.436)
	<u>49.218</u>	<u>68.975</u>

17. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multilocalizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos, a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

A Corsan vem buscando a inserção no mercado de seguros, de modo a avaliar as alternativas e aplicabilidade adequada para a organização. Fruto inicial deste trabalho, a Companhia firmou contrato com a SOMPO SEGUROS S.A. para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros e administradores (D&O – Directors and Officers), com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 05/03/2021.

Adicionalmente, a Corsan está visando a modelagem de processo licitatório para contratação de Seguradora, no mercado nacional, para oferecer cobertura e emissão de apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. A contratação contemplará, também, cobertura para demais modalidades de garantias como contratos, licitações, comercialização de energia, entre outras.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
BNDES	TJLP	2,61%	15/07/29	46.789	42.504	133.115	136.825
BNDES - FINEM	IPCA-IBGE	2,78%	15/08/38	7.779	466	75.922	59.950
BNDES - CG	SELIC AC.	2,50%	15/11/23	31.128	315	80.056	107.051
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	-	14.980	-	-
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	15/07/38	10.992	10.644	173.986	190.816
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	99	73	788	840
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.746	1.873	14.212	15.164
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	470	344	1.977	2.203
Total				99.003	71.199	480.056	512.849

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os contratos com as Prefeituras Municipais de Encantado, de Osório e de Torres foram firmados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – FINEM existem dois subcréditos obtidos para implantação, ampliação e modernização do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Campo Bom, Jaguarão, Rio Grande, Santa Maria, Torres e Xangri-Lá, para renovação do parque de hidrômetros e implantação de sistemas padronizados de telemetria em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

O crédito do BNDES – CG foi destinado ao apoio financeiro para capital de giro.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Estes estão garantidos pela arrecadação da receita da Corsan, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social - BNDES possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

De acordo com cláusula contratual a Companhia se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato, uma aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Índices contrato 08.2.0251.1 e 09.2.0953.1 BNDES	Metas	Garantia
Dívida líquida / EBTIDA	Igual ou inferior a 2,0	R\$5.577
Cobertura do serviço da dívida (Investimentos - aportes) / receita líquida	Igual ou superior a 1,9 Igual ou inferior a 18%	
Índices contrato 14.2.0430.1 BNDES	Metas	Garantia
Dívida líquida / EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	R\$380
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9	
Índices contrato 11.2.0801.1 BNDES	Metas	Garantia
Endividamento líquido total / EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	R\$1.907
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9	
(Investimentos - ajustes) / receita líquida	Igual ou inferior a 26%	
Índices contrato 12.2.0524.1 BNDES	Metas	Garantia
Dívida Líquida total / EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	R\$5.524
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9	
Margem / EBTIDA	Igual ou superior a 20%	
Índices contrato 18.2.0259.1 e 18.2.0374.1 BNDES	Metas	Garantia
Dívida líquida + outras dívidas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 4,0	sem garantia
Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)	Igual ou superior a 1,5	

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2021	18.542
2022	76.795
2023	72.102
2024	36.454
2025	37.684
Após 2025	238.479
Total	480.056

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Os detalhes da movimentação dos empréstimos da Companhia estão demonstrados a seguir:

	BNDES	BNDES FINEM	BNDES CG	BID	CEF	Prefeituras	Total Calculado
Saldo em 31/12/2018	208.859	50.447	101.311	28.902	199.755	21.798	611.072
Captação	7.860	950	-	-	22.193	106	31.109
Pagamento de parcelas	(30.370)	-	-	(13.732)	(28.024)	(1.965)	(74.091)
Pagamento de juros	(11.307)	(3.017)	(1.900)	(1.030)	(12.264)	(671)	(30.189)
Provisão de juros e variação cambial	11.894	2.989	6.654	1.324	12.301	2.000	37.162
Saldo em 30/09/2019	186.936	51.369	106.065	15.464	193.961	21.268	575.063
Saldo em 31/12/2019	179.329	60.416	107.366	14.980	201.460	20.497	584.048
Captação	5.308	21.200	-	-	19.574	58	46.140
Pagamento de parcelas	(10.492)	-	-	(17.552)	(36.026)	(2.235)	(66.305)
Pagamento de juros	(3.034)	(1.684)	(667)	-	(11.863)	(909)	(18.157)
Provisão de juros e variação cambial	8.793	3.768	4.484	2.572	11.833	1.883	33.333
Saldo em 30/09/2020	179.904	83.700	111.183	-	184.978	19.294	579.059

19. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
1ª Emissão	TJLP	1,92%	790	2.370	-	197
2ª Emissão	IPCA	1,92%	4.228	4.258	-	4.105
3ª Emissão	TJLP	1,92%	987	2.963	-	246
Total			6.005	9.591	-	4.548

De acordo com cláusula contratual a Companhia se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato, uma aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas	Garantia
Endividamento líquido total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	R\$3.640
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9	
Investimentos/receita líquida	Igual ou inferior a 26%	

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

**20. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
			30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Cofins	Selic	12/2022	7.685	7.524	9.607	15.049
Pasep	Selic	12/2022	1.669	1.634	2.086	3.267
Contribuição social	Selic	12/2022	798	781	997	1.563
Imposto de renda	Selic	12/2022	5.429	5.316	6.787	10.632
Total			15.581	15.255	19.477	30.511

21. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	30/09/2020	31/12/2019
Alvorada	-	1.892
Bento Gonçalves	5.000	-
Canoas	-	18.000
Gravataí	2.813	11.493
Ijuí	8.000	-
Santa Maria	-	18.000
Santo Ângelo	1.069	4.219
Viamão	3.000	-
Total	19.882	53.604
Circulante	15.882	53.604
Não circulante	4.000	-

22. OUTROS DÉBITOS

	30/09/2020	31/12/2019
Convênio Sesi	209	140
Depósitos e retenções contratuais	5.661	4.780
Outras contas a pagar	1.466	1.068
Total	7.336	5.988

23. CONTRATOS DE REPASSE

	30/09/2020	31/12/2019
Orçamento Geral da União - OGU	50.299	36.145
Agência Nacional de Águas - ANA	5.142	5.142
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	784	-
Fundo Convergência Estrutural do Mercosul - Focem	3.653	2.150
Total	59.878	43.437

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



a) Orçamento Geral da União - OGU

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Até 30 de setembro de 2020 foi liberado um total de R\$353.043, referente a 44 contratos junto ao Ministério das Cidades e 08 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde – Funasa.

Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$302.489 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011, 2015 e 2020, R\$50.299 inscritos no passivo não circulante, derivados de contratos de repasse em fase de conclusão e prestação de contas, bem como novas liberações no exercício de 2020.

b) Agência Nacional das Águas – ANA

Foi assinado contrato 092/Ana/2014 – Prodes entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação.

c) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Foi assinada, em 27 de fevereiro de 2018, a carta-convênio referente a Cooperação Técnica Não-Reembolsável Nº ATN/OC-16407-BR e ATN/OC-16408-BR Apoio à Preparação do “Programa de Ampliação e Melhoria dos Serviços de Água Potável do Estado do Rio Grande do Sul –PROSASUL, cujo objeto é apoiar na preparação de estudos, documentos operacionais e projetos que permitam desenvolver as atividades necessárias para a definição, planejamento e preparação do programa PROSASUL e gerar condições para sua execução eficiente.

d) Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem

Foi aprovado em 30 de novembro de 2011 o projeto Saneamento Urbano Integrado Aceguá/Brasil e Aceguá/Uruguai para a implantação de obras de infraestrutura hídrica para contenção e adução de água bruta, de saneamento ambiental e de macrodrenagem.

24. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizados de acordo com a expectativa de perda “provável”, com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



A provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas é composta como segue:

	30/09/2020		31/12/2019	
	Trabalhistas	Tributárias, cíveis e ambientais	Trabalhistas	Tributárias, cíveis e ambientais
Saldo inicial	669.931	119.744	675.311	157.038
Adições	4.876	-	280.282	7.744
Saques/reversões	(49.508)	(7.751)	(302.412)	(51.664)
Despesas financeiras	47.579	25.746	16.750	6.626
Saldo final	672.878	137.739	669.931	119.744
Total		810.617		789.675
Circulante		193.821		193.821
Não circulante		616.796		595.854

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	30/09/2020	31/12/2019
Saldo inicial	411.229	388.758
Adições	142.420	285.996
Saques/reversões	(143.463)	(263.525)
Saldo final	410.186	411.229
Circulante	195.136	171.450
Não circulante	215.050	239.779
Ações trabalhistas		

a) Processo 0114000-44.1996.5.04.0122 Arno dos Reis Junqueira - Trata-se de ação com pedido de suplementação de aposentadoria, ou, sucessivamente, pedido de reintegração no emprego. Essa provisão totaliza, em 30 de setembro de 2020, R\$11.949 (R\$13.265 em 31 de dezembro 2019).

b) Processo de nº 0000972-51.2012.5.04.0021 ajuizado pelo Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul - Sintec, refere-se a diferenças salariais decorrentes da consideração de diversas parcelas de natureza salarial na base de cálculo do adicional de periculosidade. Esta provisão totaliza em 30 de setembro de 2020 R\$9.834 (R\$9.450 em 31 de dezembro de 2019).

c) Processo nº 0190300-60.2004.5.04.0221 ajuizada pelo Sindiágua, refere-se ao pagamento de adicional noturno e diferenças de horas extras em razão do cômputo da jornada reduzida, em parcelas vencidas e vincendas, bem como às diferenças salariais decorrentes da concessão de promoções por antiguidade, também em parcelas vencidas e vincendas. Esta provisão totaliza em 30 de setembro de 2020 R\$13.359 (R\$12.769 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



d) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 3.549 ações. Em 30 de setembro de 2020, as provisões referentes a outras reclamatórias trabalhistas totalizam R\$637.536 (R\$634.447 em 31 de dezembro de 2019).

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis, para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$194.150 em 30 de setembro de 2020 (R\$220.295 em 31 de dezembro de 2019).

Ações cíveis, ambientais e tributárias

a) O processo 001/1.16.0062447-3 ajuizado pela empresa Goetze Lobato Engenharia, em 27/05/2016, ação em face da Corsan, pretendendo obter indenização por alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado para a execução de estação de tratamento de esgoto sanitário e implantação de sistema de esgoto sanitário na região de Esteio e Sapucaia do Sul. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de setembro de 2020 no montante de R\$17.881 (R\$11.958 em 31 de dezembro de 2019).

b) A empresa Marco Projetos Ltda. ajuizou ação em face da Corsan, em 19/09/2016, processo sob nº 001/1.16.0124873-4, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para ampliação do sistema de esgoto sanitário nas localidades de Esteio e Sapucaia do Sul. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de setembro de 2020 no montante de R\$10.699 (R\$7.328 em 31 de dezembro de 2019).

c) A empresa Marco Projetos Ltda. ajuizou ação em face da Corsan, em 11/08/2016, processo sob nº 001/1.16.0095286-1 pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para a execução de obras da nova estação de tratamento de esgoto de Alvorada. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, afirmou que a Corsan não pagou diversas faturas no prazo pactuado, gerando prejuízos. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de setembro 2020 no montante de R\$10.338 (R\$7.033 em 31 de dezembro de 2019).

d) Em 29 de agosto de 2012, a Corsan recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação Corsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza em 30 de setembro de 2020 R\$8.387 (R\$6.798 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



e) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações tributárias referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo, a Companhia é parte em 400 ações para as quais está provisionado em 30 de setembro 2020 o montante de R\$90.434 (R\$81.959 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis, ambientais e tributárias para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$124.415, R\$8.513 e R\$13.037 respectivamente em 30 de setembro de 2020 (R\$185.648, R\$12.584 e R\$35.467 em 31 de dezembro de 2019).

25. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Plano de benefício definido	616.576	609.084
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	235.438	223.033
Incentivo à demissão voluntária	15.700	14.473
	<u>867.714</u>	<u>846.590</u>

A Companhia revisou o cálculo do passivo atuarial de seus planos de benefícios a empregados, tendo em vista as mudanças econômicas nas premissas atuariais em virtude do cenário da pandemia do COVID-19. Com base em relatório técnico emitido pela empresa Mirador Assessoria Atuarial, a Administração optou por manter a política de reconhecimento anual e não contabilizar os efeitos desta alteração em suas demonstrações financeiras do período findo em 30 de setembro de 2020.

A Companhia reconheceu, no período encerrado em 30 de setembro de 2020, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PDV" de R\$4.474. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data-base.

a) Plano de benefício definido

O plano de benefício "BD nº 001" é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação Corsan).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços”, celebrado entre a patrocinadora Corsan e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan.

c) Incentivo à demissão voluntária

A Corsan manteve benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016 – 2017.

O prazo para adesões encerrou em 31 de dezembro de 2016, quando 1.590 funcionários aderiram ao plano. O prazo final para desligamentos foi em 30 de junho de 2019, quando os últimos 71 funcionários foram desligados da Companhia.

A Indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completem as carências junto da Fundação Corsan, o que ocorrer primeiro. Em 30 de setembro de 2020 há 190 funcionários recebendo a indenização mensal.

O valor pago a título de indenizações do plano de incentivo a demissão voluntária no período findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$ 16.026 (R\$ 32.373 em 30 de setembro de 2019)

No período encerrado em 30 de setembro de 2020 a despesa com desligamentos pelo PDV foi de R\$15.655 (R\$31.923 em 30 de setembro de 2019).

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



d) Fundação Corsan

Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan.

Gestão de investimentos

A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação Corsan.

Política de investimentos

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 4661 de 25 de maio de 2018, bem como em conformidade com sua política de investimentos - PI.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- a) contribuição de participantes ativos e assistidos;
- b) contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan;
- c) receitas de aplicações do patrimônio.

Gestão de recursos

A Fundação Corsan delega a Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

Os recursos destinados ao custeio administrativo são estabelecidos anualmente, sendo que no período findo em 30 de setembro de 2020 foram utilizadas como fontes de custeio: a taxa de administração dos empréstimos concedidos aos participantes, o percentual das contribuições vertidas ao Plano de Benefícios, a rentabilidade dos ativos do fundo administrativo, a transferência da rentabilidade dos investimentos em parcela equivalente à despesa apurada e, quando necessário, reversão do fundo administrativo.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$1.682.328 (R\$1.635.145 em 31 de dezembro de 2019), estando assim representado:

Acionistas	Ações		Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
	ordinárias	preferenciais				
Estado do Rio Grande do Sul	315.592.505	315.592.505	631.185.010	99,99999366271	99,99999366271	99,99999366271
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000158432	0,00000158432	0,00000158432
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000095059	0,00000095059	0,00000095059
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Total	315.592.525	315.592.525	631.185.050	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei.

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 30 de setembro de 2020 monta R\$86.257 (R\$87.905 em 31 de dezembro de 2019), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no período totalizou R\$1.648, líquido dos efeitos tributários (R\$(25.193) em 30 de setembro de 2019). Os valores de R\$(25.446) e R\$(1.348) referem-se a reversão de IRPJ em função da imunidade tributária (nota 2.15).

	30/09/2020	30/09/2019
Realização das reservas	1.648	1.601
Reversão de tributos sobre reserva de reavaliação	-	(25.446)
Reversão de tributos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.348)
	1.648	(25.193)

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 30 de setembro de 2020 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de R\$72.083, líquida dos seus efeitos tributários (R\$56.931 em 31 de dezembro de 2019).

d) Remuneração aos acionistas

A Companhia efetuou no período findo em 30 de setembro de 2020, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$86.649 (R\$25.184 no período findo em 30 de setembro de 2019), utilizando

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Conforme previsto na Lei nº 9.249/95, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração da contribuição social. A contribuição social do período foi reduzida em R\$7.798 (R\$2.266 no período findo em 30 de setembro de 2019) em decorrência da dedução da mesma pelos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações é constituída à base de 5% do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

No dia 15 de setembro de 2020 foi integralizado ao capital da Companhia, o montante de R\$47.183, oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



27. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à deliberação nº 642/10 da CVM.

As partes relacionadas são as seguintes:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs, Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento – Funcorsan, Instituto de Previdência do Estado – IPE.

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a Corsan e o Estado do Rio Grande do Sul:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas de água e esgoto - saldo a receber	16.785	11.516
Rendimentos do caixa único do Estado	5.120	2.214
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado (*)	(357.410)	(285.761)

(*) Nota Explicativa 26.d

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul no período findo em 30 de setembro de 2020 foi R\$39.830 (R\$41.047 em 30 de setembro de 2019).

Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto no período findo em 30 de setembro de 2020 foi R\$304 (R\$301 em 30 de setembro de 2019).

As despesas referentes ao serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasso no período findo em 30 de setembro de 2020 foi R\$5.885 (R\$ 6.109 em 30 de setembro de 2019).

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



c) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d

Os valores devidos referem-se à compra de energia elétrica nas áreas de concessão da CEEE-d e da Corsan. O valor da despesa no período findo em 30 de setembro de 2020 foi R\$42.385 (R\$41.973 em 30 de setembro de 2019). O saldo a pagar em 30 de setembro de 2020 é de R\$3.123 (R\$4.813 em 31 de dezembro de 2019).

d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs

Os valores devidos à Procergs referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O valor da despesa no período findo em 30 de setembro de 2020 foi R\$30.629 (R\$28.151 em 30 de setembro de 2019). O saldo a pagar em 30 de setembro de 2020 é de R\$3.596 (R\$3.014 em 31 de dezembro de 2019).

e) Fundação Corsan

Composição da dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante	
				30/09/2020	31/12/2019
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	5.919	21.585
				5.919	21.585

O contrato refere-se a parcelamento de custo de serviço passado e está garantido pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite da obrigação (principal e encargos).

f) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE

Os valores devidos ao IPE referem-se a contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan, o valor da despesa no período findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$13.870 (R\$12.397 em 30 de setembro de 2019). O saldo a pagar em 30 de setembro de 2020 é de R\$4.480 (R\$5.338 em 31 de dezembro de 2019).

g) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Remuneração e benefícios	3.049	1.999
Encargos sociais	448	309
Total	3.497	2.308

28. RECEITA LÍQUIDA

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Serviços de abastecimento de água	2.139.192	1.978.792
Serviços de esgoto	162.671	138.511
Receitas de construção	209.054	176.698
Deduções de receitas de serviços	(223.349)	(197.098)
	2.287.568	2.096.903

29. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26(R1) e IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Custos e despesas por natureza	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Pessoal	805.140	798.093
Materiais	89.974	76.902
Energia elétrica	234.840	218.035
Serviços de terceiros	266.101	236.329
Gerais	146.973	149.833
Depreciações e amortizações	125.890	110.904
Provisões	86.832	54.561
Custos de construção	207.270	174.391
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(925.382)	(150.341)
	1.037.638	1.668.707
Classificados como:		
Custos dos serviços	1.489.778	1.368.642
Despesas comerciais	129.106	99.644
Despesas administrativas	344.136	350.762
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(925.382)	(150.341)
	1.037.638	1.668.707

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



	30/09/2020	30/09/2019
Outras receitas operacionais	984.822	167.634
Receita de serviços técnicos e locações	1.190	2.123
Doações e subvenções	493	14.675
Recuperação de receitas	10.271	8.458
Reversão PDD	283	4.830
Reconhecimento de precatório	399	28.996
Indenização Imunidade tributária	858.752	-
Indenizações e ressarcimentos	1.452	2.105
Reversão de provisões para causas judiciais	107.402	93.578
Reversão de provisão para benefício pós-emprego	843	12.688
Receitas não operacionais	3.737	181
Outras despesas operacionais	(59.440)	(17.293)
Taxa de regulação órgãos fiscalizadores	(12.863)	(12.672)
Baixa de ativos	(20.507)	(289)
Outros tributos e taxas	(26.070)	(4.332)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	925.382	150.341

As reversões das provisões foram realizadas conforme descritas nas notas 2.13 e 2.14. A receita proveniente do ganho da imunidade tributária está descrita na nota 2.15 e a despesa de Pasep/Cofins no valor de (R\$24.828) compõe o valor registrado em outros tributos e taxas.

Do valor registrado em baixa de ativos, (R\$19.325) refere-se a baixa de projetos e obras de anos anteriores que não se realizaram e compõe o saldo de baixas do imobilizado (nota 14) e intangível (nota 15).

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

**30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	30/09/2020	30/09/2019
Receitas financeiras	607.104	56.659
Juros ativos	26.062	24.615
Variações monetárias ativas	5.197	4.083
Receitas financeiras pela realização de AVP	26.672	23.895
Variações cambiais ativas	569	2.412
Atualização de precatórios	9.241	-
Atualização indenização imunidade tributária	533.936	-
Outras receitas financeiras	5.427	1.654
Despesas financeiras	(101.967)	(44.670)
Juros e taxas sobre financiamentos	(17.929)	(12.739)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(1.902)	(3.217)
Variações monetárias passivas	(76.710)	(22.441)
Despesas financeiras pela realização de AVP	(2.505)	(3.209)
Variações cambiais passivas	(2.885)	(3.064)
Outras despesas financeiras	(36)	-
Resultado financeiro líquido	505.137	11.989

Conforme descrito na nota 2.15, no período findo em 30 de setembro de 2020 a Companhia reconheceu o ganho com o trânsito em julgado da discussão de imunidade tributária, de forma que a parte correspondente à atualização monetária sobre o principal de IRPJ e ITR totaliza R\$533.936 contabilizado como receitas financeiras.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros bem como gerenciamento de riscos estão relacionados a seguir:

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



a) Instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
<i>Ativos</i>		
<i>Valor justo por meio do resultado</i>		
Aplicações financeiras	72.673	70.196
<i>Custo amortizado</i>		
Caixa e equivalentes	239.298	92.981
Contas a receber de clientes	368.652	364.879
Ativos financeiros	576.928	341.039
Tributos a recuperar	1.414.642	10.966
Indenizações contratuais	219.228	224.768
Total	2.891.421	1.104.829

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
<i>Passivos</i>		
<i>Custo amortizado</i>		
Fornecedores	107.252	123.106
Empréstimos e financiamentos	579.059	584.048
Debêntures	6.005	14.139
Dívidas Fundação Corsan	5.919	21.585
Obrigações contratuais	19.882	53.604
Contratos de repasse	59.878	43.437
Total	777.995	839.919

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. Apuração conforme descrito na nota 2.12.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, *swaps*, opções, futuros, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



c) Gerenciamento de riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base no sistema de controles internos, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes e a possibilidade de pagamento das faturas via cartão de crédito. Não há clientes que, individualmente, representem mais que 1% do total das contas a receber da Companhia em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Como formas de controle para este risco, podemos citar: ajuste da estrutura tarifária aos serviços prestados; implementação do gerenciamento matricial de despesas – GMD; melhoria da gestão do passivo trabalhista em execuções judiciais; combate às fraudes e ligações clandestinas; implantação do sistema de gestão estratégica de custos - SISGEC; dentre outras.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos e financiamentos	134.226	212.126	427.290	773.642
Parcelamento de impostos	16.516	21.221	-	37.737
Debêntures	6.227	-	-	6.227
Fornecedores	107.252	-	-	107.252
Dívidas Fundação Corsan	6.274	-	-	6.274
Passivo de arrendamento	22.344	27.402	111	49.857
	292.839	260.749	427.401	980.989

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras.

A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 30 de setembro de 2020, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2020 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2020	(Perdas) Ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(204.270)	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	(179.904)	(7.067)	(5.889)	(8.833)	(11.042)	(13.250)
Empréstimos	IPCA	(83.701)	(429)	(357)	(536)	(670)	(804)
Empréstimos	SELIC	(111.184)	(1.779)	(1.482)	(2.224)	(2.780)	(3.336)
Debêntures	TJLP	(6.005)	(236)	(197)	(295)	(369)	(442)
		(585.064)	(9.510)	(7.925)	(11.887)	(14.859)	(17.831)
<i>Indexador</i>	TR / UPR		0,00	0,00	0,00 *	0,00	0,00
	TJLP		3,93	3,27	4,91 **	6,14	7,37
	IPCA / IBGE		0,51	0,43	0,64 *	0,80	0,96
	SELIC		1,60	1,33	2,00 *	2,50	3,00

No mês de setembro foi quitado o financiamento que a Companhia havia contratado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba, sendo este o único financiamento com envolvimento de taxas de câmbio.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Em 30 de setembro de 2020 a Companhia não possui empréstimos com incidência de taxas de câmbio.

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de setembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	30/09/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	18	579.059	584.048
Debêntures	19	6.005	14.139
Fornecedores		107.252	123.106
Parcelamento de impostos e contribuições	20	35.058	45.766
Dívida Fundação Corsan	27.e	5.919	21.585
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(239.298)	(92.981)
(-) Aplicações financeiras	5	(72.673)	(70.196)
Dívida líquida		421.322	625.467
Patrimônio e adiantamentos		3.979.821	2.400.294
Capital social e dívida líquida		4.401.143	3.025.761
Quociente de alavancagem		9,57%	20,67%

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



32. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A seguir, é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o semestre findo em 30 de setembro de 2020:

	31/12/2019	Fluxo de caixa	Adições	Variações monetária	Juros	Transferências	30/09/2020
Empréstimos e financiamentos circulante	71.199	(56.239)	-	2.316	28.549	53.178	99.003
Debêntures circulante	9.591	(8.480)	-	38	256	4.600	6.005
Dividendos e JSCP a pagar	285.761	(15.000)	86.649	-	-	-	357.410
Empréstimos e financiamentos não circulante	512.849	17.917	-	2.468	-	(53.178)	480.056
Debêntures não circulante	4.548	-	-	52	-	(4.600)	-
Contratos de repasse (OGU/ANA/Focem)	43.437	16.441	-	-	-	-	59.878
Adiantamento para futuro aumento de capital	47.183	-	-	-	-	(47.183)	-
Passivos de arrendamento	64.380	(17.922)	(105)	-	-	-	46.353

33. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

O setor de saneamento é um dos serviços essenciais para o combate ao novo Coronavírus, uma vez que a higiene pessoal é a principal medida de prevenção à doença. Contudo, como todos os outros segmentos da economia, a Companhia sofreu alguns impactos decorrentes da pandemia. A instabilidade e incerteza que paira sobre o cenário econômico são fatores de risco e preocupação para a Administração e estão sendo acompanhados diariamente, de modo que se possa amenizar as consequências aos municípios atendidos, sem descuidar dos seus colaboradores.

Dentro deste contexto a Companhia tomou algumas medidas na área financeira:

- Solicitação de Standstill/Suspensão de pagamentos do serviço da dívida junto ao BNDES por 6 meses, de abril a setembro de 2020, com impacto estimado em R\$ 33 milhões no Fluxo de Caixa;
- Monitoramento dos mandados e intimações de pagamentos recebidas durante a suspensão dos prazos;
- Pagamento de PPLR parcelado em duas vezes conforme previsto no acordo coletivo;
- Postergação do pagamento de PASEP/COFINS, referente aos meses de maio e junho para outubro e novembro respectivamente, no valor de R\$ 36,7 milhões
- A Administração reavaliou a provisão de perdas esperadas, ampliando em R\$ 3,9 milhões no terceiro trimestre de 2020, chegando a R\$ 15,9 milhões acumulados no período findo em 30 de setembro de 2020, a partir do aumento da inadimplência. Observou-se também um aumento no prazo médio de recebimento das faturas nos primeiros nove meses. Porém, a partir da retomada dos cortes, há expectativa de redução do índice de inadimplência em relação a 2019;
- Isenção de cobrança de clientes da tarifa social de abril a setembro de 2020, apresentando impacto de R\$ 5,38 milhões no terceiro trimestre de 2020, R\$ 10,48 milhões acumulados no período findo em 30 de setembro de 2020, sendo retomada a cobrança de 01 de outubro de 2020;

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



- Os ativos atrelados aos sistemas de abastecimento de água e esgoto da Companhia não tiveram impactos e não foram identificados fatores de risco de *impairment* que requeressem um teste de recuperabilidade desses ativos;
- Foram analisadas as alterações contratuais dos passivos financeiros da Companhia. Essa análise não gerou impacto no resultado;
- As agências reguladoras AGERGS e AGESB homologaram o reajuste da tarifa em 4,45% para julho, contudo pelo impacto da pandemia o reajuste foi adiado por 90 dias e o índice original recalculado proporcionalmente aos 9 meses restantes do ciclo, o que resultou em 5,93% a partir de outubro de 2020;
- AAGERST e AGESAN homologaram os reajustes de 4,41% e 4,63% respectivamente, aplicáveis a partir de outubro de 2020.

Diretoria

ROBERTO CORREA BARBUTI
Presidente

ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR
FABIANO SIQUEIRA
JEAN CARLO FLORES BORDIN
JORGE LUIZ COSTA MELO
JÚLIO ELOI HOFER
LILIANI ADAMI CAFRUNI
Diretores

Conselho Fiscal

FELIPE HENRIQUE GIARETTA
KEVIN CHAVES KRIEGER
MARIA BETÂNIA BRAUN
Conselheiros

GRAZIELA BOHN FLORES
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

A receita projetada acumulada até o terceiro trimestre de 2020 foi na ordem de R\$ 2,287 bilhões enquanto a realizada neste período alcançou R\$ 2,291 bilhões, ficando 0,20% acima da meta estabelecida.

Conforme se verifica no Quadro 1 abaixo, havia uma previsão de que os gastos atingissem R\$ 1,78 bilhões, tendo sido realizado R\$ 1,54 bilhão, aproximadamente, ou seja, 13,49% abaixo do projetado para o segundo semestre de 2020.

No que diz respeito aos gastos por natureza, os grupos Pessoal/Encargos realizou 8,41% abaixo do projetado. O grupo Materiais apresentou uma realização 13,81% acima do projetado. Já os grupos de Serviços e Gerais realizaram 11,58% e 43,26% abaixo do projetado, respectivamente, para o período em questão.

Quadro 1 - Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas - 3º Trimestre de 2020 (Em R\$ mil)

Natureza do Gasto	Previsto	Realizado	% Realizado/Previsto
Pessoal/Encargos	879.081	805.140	-8,41%
Materiais	79.057	89.974	13,81%
Serviços	566.526	500.941	-11,58%
Gerais	259.011	146.973	-43,26%
Total	1.783.674,10	1.543.028,00	-13,49%

Na execução acumulada do terceiro trimestre de 2020, cabe análise de algumas naturezas que se tornaram importantes devido a sua execução orçamentária. Abaixo seguem comentários:

Pessoal/Encargos

- Vantagens e Encargos – As naturezas pertencentes a este grupo apresentaram valores realizados de 0,09% a mais que os valores orçados para o período em análise, tendo sido orçado R\$ 649,72 milhões e realizado R\$ 650,28 milhões;

- Indenizações Trabalhistas – No grupo de despesas com pessoal essa natureza merece destaque, tendo sido orçado R\$ 164 milhões e realizado \$ 124 milhões, ou seja, 24,26% abaixo do previsto inicialmente, sendo que a natureza representou 15,47% do grupo;

- Ordenados e Salários – Representou 41,14% da realização do grupo Despesas com Pessoal. Foi previsto para o trimestre em análise o montante de R\$ 297,4 milhões, tendo sido realizado R\$ 331,2 milhões, 11,37% acima;

- Previdência Social – Representou 11,74% do grupo despesas com pessoal. Foi orçado R\$ 97,9 milhões e realizado R\$ 94,5 milhões, 3,48% abaixo do orçado.

Materiais

- Material de Tratamento – Tratando-se da natureza com maior relevância do grupo de materiais, representando 55,03% das despesas deste grupo. No acumulado do período analisado realizou-se 15,10% acima do orçamento previsto, tendo sido orçado R\$ 43,01 milhões e realizado R\$ 49,51 milhões;

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

- Material de Conservação e Manutenção de Redes – Representando 12,52% do grupo de despesas com materiais, realizou-se R\$ 11,26 milhões, cerca de 18,9% acima do orçamento previsto para o período, que era de aproximadamente R\$ 9,4 milhões;
- Combustíveis para veículos – Esta natureza correspondeu a 9,54% do total de despesas do grupo de materiais, tendo sido orçado R\$ 8,85 milhões e realizado R\$ 8,58 milhões, o que representou um decréscimo de 3,02% sobre o projetado.

Serviços

- Força e Luz – Os serviços de energia elétrica representaram aproximadamente 11,24% das despesas operacionais da empresa e 47,65% das despesas do grupo de serviços. No período analisado, esta despesa foi realizada com 3,13% acima do projetado, tendo sido orçado R\$ 231,45 milhões e realizado R\$ 238,69 milhões;
- Serviço de Retro, Caçamba e Reaterro – Representando 17,70% das despesas com serviços no período, realizou-se 2,66% acima do previsto, tendo sido orçado R\$ 86,35 milhões e realizado R\$ 88,64 milhões;
- Serviços Técnicos Profissionais – Foi previsto para o período em análise o montante de R\$ 44,97 milhões, tendo sido realizado R\$ 32,99 milhões, ou seja, 26,64 % abaixo do orçado. A natureza correspondeu a 6,59% do grupo;

Gerais

- Indenizações a Terceiros – Correspondeu a 8,36% de despesas do grupo. Foi previsto para o período em análise o montante de R\$ 59,8 milhões, tendo sido realizado R\$ 13,96 milhões, ou seja, 76,66% abaixo do orçado;
- Fundo Municipal de Gestão Compartilhada e Custo de Concessão Aportes Extraordinário – No grupo despesas gerais, essas naturezas merecem destaque, tendo representado 40,14% do grupo. O orçado foi R\$ 148,58 milhões e o realizado foi R\$ 67,22 milhões, ou seja, 54,76% abaixo do previsto.

Cabe referir que na Execução Orçamentária de 2020 estão autorizadas as transferências de dotação entre naturezas afins, como por exemplo, Materiais e Serviços, de acordo com o Manual da Execução Orçamentária, podendo assim, haver diferenças entre os valores inicialmente previstos nessas rubricas.

Por fim, salienta-se que as análises realizadas não consideram a receita e custo de construção, tendo em vista essas rubricas não impactarem no caixa financeiro da Companhia. O Resultado apurado, sem margem de construção, no 1º semestre aponta um lucro líquido de R\$ 1,68 bilhão.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Riograndense de Saneamento

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia Riograndense de Saneamento (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

ao exercício e período anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2019 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 08 de novembro de 2019 e 10 de março de 2020, respectivamente, sem ressalvas e com os seguintes parágrafos de ênfases nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019: a) Seguros: não adoção de políticas de transferência de risco de sinistro, não promovendo a contratação de seguros, b) FUNCORSAN: não recebimento do Relatório do Auditor Independente referente às demonstrações financeiras, nem o parecer do atuário da Fundação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e c) Indenizações Contratuais - Município de Novo Hamburgo - RS, onde foi reconhecido o dever do citado Município em indenizar a Companhia, entretanto, considerando que o Município está em um regime especial de pagamento de precatórios, conforme Emenda Constitucional 99/2017, deverá efetuar o pagamento dessa dívida até o final de 2024.

Porto Alegre, 13 de novembro de 2020

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado

Contador CRC 1PR042484/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames das Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes referentes ao período findo em 30 de setembro de 2020. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório sem ressalvas do Auditor Independente, Pricewaterhouse e Coopers Auditores Independentes, datado de 13 de novembro de 2020, concluímos que os referidos documentos foram elaborados, em todos aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Porto Alegre, 13 de novembro de 2020.

Felipe Henrique Giaretta

Kevin Chaves Krieger

Maria Betânia Braun

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2020.

Porto Alegre, 13 de novembro de 2020.

Roberto Correa Barbuti

Diretor Presidente

Fabiano Siqueira

Diretor Administrativo

André Beltrão Finamor

Diretor de Operações

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Júlio Eloi Hofer

Diretor de Expansão

Liliani Adami Cafruni

Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Jean Carlo Flores Bordin

Diretor Comercial Inovação e Relacionamento

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2020.

Porto Alegre, 13 de novembro de 2020.

Roberto Correa Barbuti

Diretor Presidente

Fabiano Siqueira

Diretor Administrativo

André Beltrão Finamor

Diretor de Operações

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Júlio Eloi Hofer

Diretor de Expansão

Liliani Adami Cafruni

Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Jean Carlo Flores Bordin

Diretor Comercial Inovação e Relacionamento